



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



CULTURA  
ACADÊMICA  
*Editora*

# Da Aliança Nacional Libertadora ao Estado Novo:

Expressão típica de uma transformação autocrático-burguesa

Leonardo Sartoretto

**Como citar:** SARTORETTO, L. Da Aliança Nacional Libertadora ao Estado Novo: Expressão típica de uma transformação autocrático-burguesa. *In:* DEO, A.; SARTORETTO, L. (org.).

**Determinações do Mundo do Trabalho:** centralidade do trabalho, lutas sociais e crítica da economia política. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 177-194.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-11-8.p177-194>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA AO ESTADO NOVO: EXPRESSÃO TÍPICA DE UMA TRANSFORMAÇÃO AUTOCRÁTICO- BURGUESA

*Leonardo Sartoretto*

## INTRODUÇÃO

Afigura-se bastante temerário esquecer que Vargas ascende ao poder em 1930, por meio de um golpe efetuado com auxílio em larga escala das forças armadas, enquanto representante de um setor que até então se subordinava politicamente à burguesia agrário-exportadora. Sua liderança nesse processo, que de crise se arvora em transição, ao passo que expressa e sintetiza o interesse de grupos voltados para o mercado interno - as burguesias regionais gaúchas, mineira e, em menor medida, paraibana -, também traz a tona um novo ator político. Lembremos que a formação do proletariado enquanto classe resulta de um eloquente processo histórico, como atestam as articulações políticas manifestas no Primeiro Congresso Operário Brasileira de 1906, na greve geral de 1917, na criação do PCB

em 1922 e na organização do Bloco Operário Camponês (BOC) de 1930 exercendo, por isso, capacidade de influência no desfecho promovido por frações burguesas na rearticulação do bloco histórico.

Entretanto, se até 1930 a luta de classes podia ser combatida brutalmente mediante os aparelhos de repressão - é importante que afirmemos sua existência antes que imputem a ela um caráter artificial como o atribuído à época, segundo o entendimento lógico que o corporativismo expressa antes uma forma de enquadrá-la do que sua ausência, já que o desaparecimento da liberdade sindical não é senão a confirmação de sua realidade -, o incremento que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro passava a ganhar pela reorientação consciente da economia promovida pela direção política de Vargas alteraria substancialmente isso. Lembremos também, num contexto mais amplo, a volumosa contrarrevolução em nível mundial com a ascensão dos fascismos e a retração da revolução soviética num país só. Todo esse largo arco de eventos passa a imprimir determinações tais que a classe operária assume um papel de primeira ordem na política brasileira.

O ano de 1932 simboliza ainda que o conflito político não se abrisse em sua inteira efetividade para as classes subalternas, já que a insurreição paulista traz a clara natureza de uma reação articulada entre a fração industrial e a agrário-exportadora – ou dos setores marginalizados, dentro do poder, pela vitória do levante de 1930 - contra a centralização que começava a se impor ao país<sup>1</sup>. A constituição híbrida de 1934, todavia, podendo, apenas em parte, ser considerada uma conquista desse levante, vai proporcionar tangencialmente, contra a vontade dos seus elaboradores, que aqueles setores populares até então excluídos do jogo político possam se organizar segundo interesses que lhe são próprios. A Aliança Nacional Libertadora surge exatamente no bojo dessa possibilidade democrática aberta pela constitucionalização do país e dela se aproveitará profundamente para expressar por quais demandas seu descontentamento sócio-político lutava.

Aberto novamente o jogo político, possibilitando à luta de classe que se se acentue, obriga, ao mesmo tempo, que a forma de domínio da classe dominante, da burguesia como um todo, se torne explícita. É

---

<sup>1</sup> Nossa dissertação de mestrado traz um esforço para pensar a luta constante entre as frações da classe dominante, própria do Estado burguês (MARX, 2011), pelo poder durante o período da Primeira República (1889-1930) até as novas orientações corporativistas em 1933 quando a insurreição paulista, derrotada, passa a reorientar sua estratégia de conquista política para a formação de quadros de elites (SARTORETTO, 2017).

esse processo que procuraremos discutir, brevemente, neste artigo. Num primeiro momento buscaremos situar os levantes da ANL enquanto organização que capta e reproduz minimamente enquanto projeto interesses sociais orgânicos do país. Em seguida tentaremos demonstrar a determinação do Estado Novo, claro que não a única, mas marcadamente substancial, enquanto reação a essa manifestação nacional-popular para, nas considerações finais, fazermos uma breve síntese analisando como esse processo tipifica as características mais marcantes de um genuíno processo de transformação autocrático-burguês.

### **DESCONTENTAMENTO GENERALIZADO E MANIFESTAÇÃO DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO**

Ao completarem-se quase quatro anos de Governo Provisório, tempo suficiente para um mandato presidencial segundo a tradição, a República dos Estados Unidos do Brasil conhecia a sua nova constituição. Promulgada em 1934, ela era uma carta política híbrida que procurou resultar de um equilíbrio das várias correntes em luta que predominavam no contexto mundial já que, nas palavras do presidente da Comissão dos 26 que desenvolveu os trabalhos, Carlos Maximiliano, “todo o Ocidente, após a marcha precipitada para a esquerda, retrocedeu bastante para a direita, sem exagero conservador” (apud SILVA, 1975, p. 83).

O citado retrocesso para a direita representa o avanço do fascismo enquanto período reacionário de resposta ao movimento operário mundial, revolucionariamente vitorioso na Rússia em 1917, mas derrotado nos demais países, como no Biênio Vermelho italiano (1919-1920). A onda fascista inaugura-se com a conquista do poder pelo grupo de Mussolini quando da Marcha sobre Roma em 1922. Internamente, ela era identificada na Ação Integralista Brasileira, criada em 1932 em correspondência ao pensamento de Plínio Salgado, e que logo se propagou pelo Exército brasileiro, instituição que ainda não resolvera seus problemas internos desde a ascensão política do chamado tenentismo.

Atores centrais durante todo esse período, os tenentes, que em sua maioria defendiam a manutenção do Governo Provisório e seus cargos de interventores estaduais, dividem-se novamente quando da promulgação dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Descontentes com os rumos da

política e acreditando que a nova Constituição consagraria a ressurreição do sistema político vigente antes de 1930, um setor dentre os tenentes, que incapazes de aceitar a substituição de seu antigo líder Prestes por Góes Monteiro, já então General e articulador do movimento golpista agora em prol da alta hierarquia militar, radicaliza-se. Hercolino Cascardo, tenente em 1924 e interventor do Rio Grande do Norte em 1931-1932, é a figura que retrata bem esse movimento de não abandono aos ideais nascidos em 1922 na areia de Copacabana, avançando para além do lema primevo de Representação e Justiça.

O que precisa ser destacado desde já é que é deste grupo dissidente dentre os tenentes que apoiavam Vargas que nascerá a orientação fundante da ANL. A Aliança Nacional Libertadora destaca-se por ser possuidora de duas características centrais, as quais o caráter deste trabalho nos permite apenas esboçar em seus traços gerais. A primeira diz respeito à sua natureza de frente nacional:

A história da ANL começou no segundo semestre de 1934. Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional. (VIANNA, 2007, p. 139).

Tendo como pano de fundo a necessidade de barrar internamente a influência do fascismo, lutar contra a Lei de Segurança Nacional que veio a tona logo após a criação da aliança e, no plano internacional, repudiar a nova guerra imperialista, claramente se avizinhandos, diversas categorias resolvem aceitar uma plataforma mínima de reivindicações na preservação de seus programas. A heterogeneidade dos grupos conformando a frente única impressiona: à grupos mais de esquerda como anarquistas, anarco-sindicalistas, tenentes reformistas e comunistas agregavam-se outros de cariz política mais moderada como católicos, positivistas e liberais democratas que concordavam com pontos levantados pelo programa

mínimo anti-imperialista, antifascista e antilatifundiário. Entendiam que as condições concretas não possibilitavam que sua atuação consistisse na “liquidação da propriedade privada sobre os meios de produção, nem tomará sob seu controle as fábricas e empresas nacionais”, mas objetivava “com a implantação da verdadeira democracia, liquidar o feudalismo e a escravidão, dando todas as garantias para o desenvolvimento livre das forças produtivas” (LOWY, 2012, p. 130) como expressava o Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário.

O curso histórico das lutas internas, para além da cisão propriamente tenentista, também envolvia os deputados classistas representantes das associações profissionais demandadas pelo corporativismo e os setores mais combativos da chamada minoria da oposição parlamentar lutando pela anistia dos insurretos. O clima de hostilidade generalizada com a qual o governo tinha de atuar aprofundou-se com a agressividade do integralismo em manifestação de 1934 na chamada “Batalha da Praça da Sé” gerando resposta imediata de toda a esquerda. Sintomático da disposição das forças internas de lutar contra os elementos de fascistização que se gestavam no Brasil, o evento tornou-se marco substancial para a formação de uma frente ampla progressista. Note-se que, na constituição da aliança, a participação do PCB, que portava a bandeira de intensificação das greves já que sua interpretação era a de que se vivia uma situação pré-revolucionária, não foi senão de apoio tardio, demorando-se em quebrar a resistência e apoiar a organização (VIANNA, 2007).

A despeito do enorme contingente de grupos que participavam da frente nacional, a ideologia que predominava era a de classe média e é precisamente aí que encontramos a segunda característica conformadora da ANL. Nesse aspecto, a continuidade do “espírito tenentista” era muito mais gritante. Certa concepção elitista e conspirativa, tendo como principal elemento de mediação o golpismo, era parte imanente da tradição herdada das insurreições dos tenentes. Mais do que isso: cristalizava-se tal possibilidade novamente no personalismo de Prestes, ainda tido como o Cavaleiro da Esperança e que recém iniciara seu aprendizado marxista nas fontes dogmáticas soviéticas, então sob o poder do grupo de Stálin. Explica-se, assim, o convite à Prestes para ocupar a presidência de honra da ANL.

Como decorrência de sua concepção moralista, essa ideologia de classe média encontrava no Estado a fonte regeneradora de qualquer corrupção política e nos homens que viviam dentro dos quartéis os sinceros e honestos revolucionários que lutavam, voluntariosamente, em nome dos “simplórios” elementos da “ignóbil” massa do “populacho”. Nesse sentido, os comunistas, eivados igualmente dessa influência pelo seu contingente tenentista, “dividiam com os tenentes a crença do dogma do caminho armado para a conquista do poder e a preferência por uma forma autoritária de governo, uma ditadura que entendiam democrática (das Forças Armadas para os tentes, do proletariado para os comunistas)” (VIANNA, 2007, p. 31), o que acabou por gerar neles uma concepção instrumental da aliança.

Assim como em sua gênese e desenvolvimento a aliança diz mais respeito à dinâmica de lutas e necessidades sociais e políticas internas, tendo o PCB e as orientações da Internacional Comunista atrás de si o papel de coadjuvante, da mesma forma nos levantes essa influência primeiro acompanha o desenrolar espontâneo dos acontecimentos para só então procurar intervir com a concepção dogmática que prevalecia no seio do partido a época. Como aponta Del Roio, o primeiro impulso do movimento, em Natal no dia 23 de outubro,

Ao justificar sua eclosão, explicitamente reivindica ser a continuidade do movimento de 1930 lembrando que “em 1930 conquistados o poder à custa de sacrifícios das classes armadas auxiliadas pelo povo”, mas que houve em seguida “[...] o desvirtuamento do programa do movimento de 30”. Assim, um novo movimento justificaria, já que Rio Grande de Norte “a situação ainda mais se agravou agora com a subida daqueles que antes da Revolução (de 1930) praticavam toda sorte de selvageria” e que “os atos do governo que iniciou a 29 do mês passado [...] foram todos demonstração evidente de seu reacionarismo enervante [...]”. O movimento insurrecional de Natal tem, portanto, seu principal motivo na volta ao poder da fração oligárquica desalojada em 1930, que com seus atos retaliativos conjugados com a depuração em ato nas forças armadas provocaram a precipitação do levante em preparação pela ANL. (1990, p. 381-382).

O dia seguinte ao levante e seu espraiamento alteram um pouco o cenário da direção do movimento, mas nem por isso deixam de ter como causa também a fermentação de problemas sociais. Foi o caso da greve da *Great Western Railway* que paralisou algumas das rotas ferroviárias do Nordeste, conseguindo ainda a articulação com soldados ameaçados de despejo que viviam em miseráveis condições de trabalho na região metropolitana de Recife, local da segunda insurreição ocorrida no domingo pela manhã, 24, decisão tomada pelo secretariado do Nordeste do PC. É então que o movimento dos ferroviários foi recebido, equivocadamente, pelo partido como o preparativo final de uma greve geral, além da não compreensão da particularidade local do levante norte-rio-grandense. Em consequência de tal avaliação, Prestes ordena dar prosseguimento a sublevação iniciada em Natal para que se espalhe não apenas pelo Nordeste, mas por todo o Centro-Sul, acreditando ser o movimento capaz de desferir um golpe mortal no governo de Vargas.

Na contramão do movimento da realidade, que rapidamente derrotara os levantes no Nordeste, colocara as forças legalistas do país em alerta, prendera grande parte dos dirigentes da ANL e estimulara a criação do estado de Sítio ainda na noite do dia 25, Prestes convence seus companheiros de PC a desencadear a rebelião no Rio de Janeiro. Não percebiam que “a formação da ANL tinha um caráter defensivo. O objetivo era deter o processo desencadeado de instauração de uma ditadura com aspectos de fascismo” (DEL ROIO, 1990, p.366). A subjetividade política de Prestes é o fator determinante na tomada de decisão, pois havia se “convencido de que o socialismo era a única maneira de resolver os problemas do Brasil e não só queria a revolução como se sentia o homem talhado para dirigi-la, sentimento compartilhado por todos os líderes políticos nacional-libertadores, civis e militares” (VIANNA, 2007, p. 323). Assim, bastou olhar para o vasto apoio que a ANL obtivera muito em função de sua presidência de honra, para o recrudescimento das lutas com os integralistas e o obvio apoio militar com que um tenente deve contar para vislumbrar a execução da revolução.

O movimento geral das revoltas que começa em Natal com forte participação popular, mas pouca consciência dos motivos desencadeadores tem em Recife uma queda acentuada daquela participação restringindo o movimento a comunistas e aliancistas, o que se explica também pela

forte influência da AIB na região, e culmina no Rio de Janeiro com um levante onde todas as forças policiais estavam previamente cientes, numa relação totalmente desfavorável para aqueles que lutavam pela questão democrática. Estava diluída a frente nacional que formara a Aliança Nacional Libertadora. Contudo, o fato de ter compartilhado do caldo da cultura política dominante, de que o meio de conquista de suas pautas democráticas estava na insurreição violenta prematura, não retira o fato de ter tocado na ferida da autocracia burguesa, já que a ANL se apresentava como luta política e contestava diretamente um dos traços essenciais daquela classe dominante: aquele que sempre alijou os grupos subalternos das decisões do poder. Imediata seria a reação.

## **VARGAS E O REAGRUPAMENTO DA CLASSE DOMINANTE**

É notório que desde 1930 já havia um norteamento central na política de Vargas, calcada no modelo corporativista. Entretanto, os levantes da ANL inserem um elemento qualitativamente novo no cenário. Assim, mais do que uma “reação getulista” (CARONE, 1974), o intrincado processo que vai configurar a deflagração do Estado Novo constitui-se como um momento onde a burguesia expressa a dupla necessidade premente de preservar seu domínio de classe e ainda avançar no desenvolvimento das relações capitalistas internas, pressionada que estava em sua postura de economia agrário-exportadora pela relativa desorganização da divisão internacional do trabalho.

Se a Lei de Segurança Nacional e o fechamento da ANL (fundada a 23 de março e tornada ilegal em 11 de julho) não foram capazes de impedir os levantes, certamente que a repressão se desdobraria ganhando novos contornos. O sentimento de urgência vinha mesmo de frações da burguesia que podiam ser consideradas opositoras à Vargas, como o caso de Vicente Rao, Ministro da Justiça, que criou, justificou e viabilizou a repressão: a “solidariedade de Armando [a Vargas] levou-nos, os seus deputados e o ministro da Justiça, a colaborar ativamente na Lei de Segurança Nacional e na Emenda Constitucional criando o Estado de Guerra e o Tribunal de Segurança Nacional [...] necessárias para o tempo” diria mais tarde Aureliano Leite, correligionário de Rao, conforme apura Plínio de Abreu Ramos (1980, p. 176).

Eis aí o lugar no qual deve ser entendido o papel de Getúlio Vargas: enquanto dirigente político que soube captar o descontentamento reinante entre a burguesia naqueles anos. Segundo seu discurso, a entrada de forças democráticas no jogo político procurando influir na sua direção social tornava a situação “anômala” (VARGAS apud CARONE, 1976a). Convém, antes de tudo, destacar que praticamente todos os quadros da vanguarda democrática serão presos, exilados ou mortos após 1935. A onda repressiva avança impiedosa sobre a organização operária, que vê parte de seus quadros serem cooptados pela representação corporativista. Ainda que as greves não cessem, o ideólogo Oliveira Vianna (1952) cumpre bem a tarefa de desmobilizar o movimento ao creditar os direitos trabalhistas conquistados como uma “doação”, enquanto os nega expressamente aos trabalhadores do campo.

Quanto aos militares que aparecem como atores centrais ao lado de Vargas no período 1935-1938 há uma estratégia que permite com que esse grupo secunde harmonicamente a sua ação política. José Murilo de Carvalho relembra o enorme processo de expurgo da oficialidade: na derrota dos paulistas em 1932, com a expulsão de 508 oficiais; na revolta da ANL com mais 107 oficiais expulsos e com a expulsão de 10 generais na insurreição integralista de 1938. Essa limpeza generalizada da oposição dentro das Forças Armadas permitiu que a fração surgida em 1930, sempre em apoio a Vargas, se tornasse dominante: “essa facção foi liderada pelo já então general Góis Monteiro, em dobradinha com o general Gaspar Dutra. Sua hegemonia dentro do Exército possibilitou a unificação da instituição do ponto de vista político e ideológico” (1999, p. 342). É com esse registro de criação de um ator político dentro do Exército que Vargas consegue manter seu pensamento político afinado com aquela instituição que muitas vezes pareceu, inclusive, exercer a tutela sobre ele no período.

A burguesia, após a vitória da Aliança Liberal, razoavelmente se definira em suas frações de classe. A fração agrário-exportadora sempre soube como se organizar, dirigente que foi da formação social nos mais distintos momentos desde a colônia. A crise de 29 e a ascensão de Vargas quebrou-lhe a hegemonia, mas jamais teve qualquer intuito de lhe retirar do bloco no poder. A burguesia industrial configura também um ator que tem nas relações com Vargas profunda reciprocidade. O processo de adesão ao modelo corporativista de representação ditado pelo Ministério

do Trabalho, não sem efetuar severas críticas quanto ao contato direto que travaria com a representação operária, conforme Maria Antonieta Leopoldi, “abriu o acesso dos empresários industriais – os primeiros a se adequarem ao apelo governamental – às agências decisórias nas áreas de política industrial, legislação trabalhista e sindical, comércio exterior e política tributária” (1999, p. 117). Para além dessa relação, foi permitido que a burguesia industrial mantivesse sua organização de classe autônoma, criada em 1928 com a CIESP, e conquistasse a maior bancada classista na Constituição de 1934<sup>2</sup>.

O caos político que vinha se intensificando pelo menos desde 1932, exacerbado em 1934 com a falta de consenso em torno da nova Constituição, tornado perigo de vida para essa classe em 1935 e ganhando status capaz de tomar todas as atenções nas eleições para o ano de 1938 vai encontrar solução em um novo golpe de Estado, perpetrado em 10 de novembro de 1937. Sedenta por ordem política e social, em mensagem de saudação ao presidente em seu aniversário, 19 de abril de 1942, a burguesia, através dos mais importantes órgãos classistas, associações comerciais, federações industriais, companhias de ferro, viação aérea e casas bancárias declara ter entendido sua substância e saúdam-no pela correção que foi o golpe institucionalizado, entendido como consentâneo com a forma brasileira de dirigir a política:

Essa maneira de brasileiromente sentir e de brasileiromente agir ele corporificou no Estado Nacional. *Cada nação tem uma ideia nacional própria* e forçosamente inadaptable á situação de qualquer outro povo. *A nossa, a brasileira, é a que aí está em vigor desde 10 de novembro de 1937. Foi graças a ela que o Brasil encontrou a si mesmo.* Nossos problemas encaminham-se agora para solução adequada.

---

<sup>2</sup> A relação de recíproca influência entre governo e associações de classe da burguesia industrial, corporativistas ou não – lembremos que, dentre os setores que adotaram esse estilo de representação, os empresários foram os únicos a cumprir integralmente a legislação e implantar a estrutura hierarquizada em três níveis, locais, estaduais e as reuniões de todos estes numa confederação nacional –, seria aprofundada durante o Estado Novo, alcançando novas e fundamentais formas de influência no poder. Desta maneira, o controle que o Estado exercia, dentro da participação de classe por ele tutelada, fez com que setores empresariais, não apenas industriais, adaptassem suas estratégias e, favorecidos pela ação legislativa de Vargas que, se de um lado permitiu que os estabelecimentos bancários e de seguros estrangeiros existentes no país permanecessem operando sem qualquer mudança desde que se submetessem aos interesses do Estado, de outro, restringiu e desestimulou a entrada de novos, utilizassem, no caso do setor financeiro, as posições de poder da área monetária, como Ministério da Fazenda, presidência do Banco do Brasil e de carteiras estratégicas, e no caso das seguradoras, o Conselho de Representantes das Empresas de Seguro (órgão existente dentro do Instituto de Resseguros do Brasil, criado por decreto em 1939) que assessorava o presidente na elaboração do quadro de mercado, para influenciar nas decisões do governo (LEOPOLDI, 1999).

Nossas aspirações se orientam por um roteiro que vai dar nas mais seguras realizações (CARONE, 1976a, p. 353, grifo nosso).

A partir de então a política deixa de ser um assunto maçante que suga a alma da classe dominante, e esta pode se concentrar em seus afazeres de classe, na economia propriamente dita. Ao invés de se deter dia e noite no debate sobre a futura eleição presidencial, fazendo com que as frações e seus candidatos mais se encrespem do que concordem em alguma questão de ordem geral, Vargas se posta semelhantemente a aquilo que podemos designar como bonapartismo e, ao se apresentar enquanto “inteligência política superior” (LOSURDO, 2004, p. 61) às frações de classe dominante isoladas em seus interesses egoístas, apresenta o interesse da burguesia como um todo, a saber, para que o capitalismo de uma formação socioeconômica deslanche ele requer a regulação entre capital e trabalho:

*O código fabril, em que não figura a divisão de poderes tão prezada pela burguesia, e tampouco seu ainda mais prezado sistema representativo, de modo que o capital, como um legislador privado e por vontade própria, exerce seu poder autocrático sobre seus trabalhadores, é apenas a caricatura capitalista da regulação social do processo do trabalho, regulação que se torna necessária com a cooperação em escala ampliada e o uso de meios coletivos de trabalho, especialmente a maquinaria.* (MARX, 2013, p. 496, grifo nosso).

A Consolidação das Leis do Trabalho (1942), um dos eixos do Estado Novo, é uma necessidade de qualquer regime burguês orientado para a modernização. Não apenas doutrina os operários imersos em seus hábitos irregulares de trabalho, mas promove também o fomento da concorrência que estimula, por conseguinte, o surgimento da grande indústria. Temos, pois, que a “condição essencial do sistema fabril, sobretudo quando submetido á regulação da jornada de trabalho, é uma segurança normal do resultado, isto é, da produção de determinada quantidade de mercadoria” (MARX, 2013, p. 546) - núcleo do modo de produção capitalista.

A formação de uma aliança popular-nacional revolucionária revelou a existência de problemas graves de direção política na classe dominante. Revelou, por exemplo, que nos primeiros anos da década de 1930, entre grupos importantes para a manutenção da ordem, como setores intelectuais

liberais, a pequena burguesia urbana, e uma margem considerável das Forças Armadas, sequer havia um consenso mínimo sobre a forma de governar o país, já que quanto às classes subalternas elas devem permanecer sempre dominadas e desorganizadas. Essa inquietação se exprime na permanente insistência do Partido Constitucionalista, representante de setores modernizantes da burguesia paulista, de chegar ao poder com Armando Salles de Oliveira e retomar um projeto calcado no ideário liberal, mundialmente em crise. Sob esse cenário que colocava constantemente o poder político em xeque, era a ordem social o elemento em jogo, mesmo que a reorganização da direção social precisasse estabelecer a arbitrariedade como requisito para a eficiência. Ainda que o governo tivesse de acatar as sugestões dos agentes policiais de ruas, em contato direto com as condutas subversivas, nas alterações das legislações sobre o crime. Afinal, segundo Florindo o desafio “principal do poder naquela época não era controlar o pouco sofisticado crime comum, e sim debelar o crime político e social, cuja orquestração por militantes organizados e disciplinados conferia uma noção de periculosidade diferenciada e extremada” (2011, p. 133-134). Somente com esse pano de fundo se entende a modernização institucional promovida na Delegacia de Ordem Política e Social nos primeiros anos de 1930 e intensificada após os levantes de 1935.

Não atoa, e mesmo que partindo de um núcleo conspiratório restrito, a instauração do Estado Novo vai ser seguida de uma quase completa ausência de contestações dos setores dominantes e de seus aliados, com a exceção da Faculdade de Direito de São Paulo, núcleo permanente de resistência a Vargas (DULLES, 1984). Elaborado constitucionalmente pelo jurista Francisco Campos, incorporam-se a ele inúmeros intelectuais do porte de um Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, o regime estadonovista é também um projeto endossado em larga escala pela cúpula das forças armadas, pela fração agrário-exportadora, industrial e comercial e mesmo por parte do grupo constitucionalista de Amando Salles de Oliveira, tendo ainda enorme respaldo por parte de Plínio Salgado, expoente do integralismo enquanto representação de setores da classe média e da própria igreja. Mesmo quando Plínio Salgado viu barrada sua intenção de colaborar com o novo governo na pasta da educação, enviado ao exílio em Portugal com uma gorda contribuição financeira pelo regime, não se posicionou contra Vargas mantendo sempre uma esperança de reconciliação (CHASIN, 1978).

A interpretação aqui proposta não poderia divergir mais daquela que entende que a particularidade da democracia brasileira vigente entre 1930-1964 teria seu fundamento nas massas, inaugurando um “novo estilo de poder” (IANNI, 1968) e conformando um “Estado de compromisso” (WEFFORT, 2003), como teoriza a concepção de raiz populista. Pelo contrário, os elementos considerados novos que nascem nesse momento, não configuram uma ruptura com o velho, antes se subsumem à sua essência, quer dizer, à “linha mestra” da formação social brasileira apontada por Caio Prado Júnior (1966), que é a de resgate e reposição constante, em novos patamares, do caráter colonial, dependente e subordinado a que o Brasil se insere na divisão internacional de trabalho desde o momento de sua criação, ontologicamente, aderindo ao apelo do caráter de vocação agrário-exportadora. A criação do Estado Novo com todo seu aparato institucional orientado para a industrialização, da criação da Siderurgia em Volta Redonda, dos vários conselhos e institutos para promoção de atividades voltadas para a expansão mercado interno e as ações parciais de planejamento e planificação de fato representam um avanço importante para o progresso social interno. Entretanto, feitos de modo a que se coadunasse com a manutenção praticamente integral não só da estrutura latifundiária, mas das próprias relações de superexploração no campo sob as quais aquela se assenta, com seus inúmeros traços legatários de formas pretéritas ao assalariamento capitalista. A sindicalização sequer tocou o campo, quando muito e algumas usinas canavieiras do Nordeste, mas mesmo ali permaneceu, em geral, letra morta.

Além disso, como aponta Francisco Luiz Corsi, o projeto de desenvolvimento do Estado Novo, calcado na oscilação “entre um desenvolvimento autônomo e um desenvolvimento integrado ao capital estrangeiro” (2000, p. 282) é inexplicável se não levarmos em conta o panorama econômico internacional. A impossibilidade de atrair capitais estrangeiros, mesmo com uma política cambial frouxa, ditada pela grande crise de 1929 e da profunda depressão que se seguiu, perfazendo uma nova ordem do comércio mundial onde as economias se fechavam nacionalmente, e pela especificidade da hegemonia norte-americana, mais autossustentável do que a inglesa, acaba por gerar uma situação onde foi “a realidade [que], de alguma forma, forçou os gestores da política econômica a adotar remédios mais ou menos universais” (ABREU, 2004, p. 64) para salvar a dinâmica econômica interna.

O que se personifica, portanto, no momento do golpe em 1937 é uma modernização que conserva elementos fundamentais do antigo padrão de dominação burguês ou, se se preferir, de uma conservação da sua essência que moderniza aspectos que lhe dão uma nova aparência. Trata-se, em suma, de uma transformação que realiza um caminho autocrático.

### **À GUIZA DE CONCLUSÃO: TIPIFICAÇÃO DE UMA TRANSFORMAÇÃO AUTOCRÁTICO-BURGUESA**

A manifestação de um projeto democrático, gestado nas classes subalternas, é o ponto que marca, senão o início, pelo menos o salto qualitativo de um processo de ofensiva por parte da classe dominante, que se reagrupa tendencialmente em torno daquilo que entendiam como “manutenção da ordem”. A necessidade de buscar saídas para uma economia que sentia profundamente a desorganização do comércio mundial, manifesta desde 1929, vem somar-se agora a urgência de salvar a dominação de classe. A saída, novamente, como em 1930, foi outra articulação pelo alto, sem a participação dos grupos subalternos. É traço imanente dessa autocracia a impossibilidade de estruturar uma sociabilidade segundo moldes da democracia burguesa clássica. Dito em outras palavras, o processo pelo qual o capitalismo brasileiro se objetivou, a via prussiano-colonial, calcada numa base de acumulação escravista, “não proporcionará condições materiais para o desenvolvimento de uma sociedade civil que rompa com a via colonial mediante uma revolução de caráter burguês” (MAZZEO, 1999, p. 118). Tampouco permitirá o delineamento de um projeto de caráter nacional-democrático e popular como constitutivo no programa da ANL, antilatifundiário, anti-arcaico e antiimperialista.

Ora, se se parte, de um lado, de uma concepção marx-engelsiana (2007) que entende que a partir de determinado ponto de desenvolvimento da sociedade ela engendra uma irremediável contradição consigo mesma, já que composta de antagonismos irreconciliáveis, as classes sociais, de onde surge o Estado capaz de “subjugar” tais contradições em um nível que não desagregue a sociedade, e de outro, de que a debilidade genético-estrutural da burguesia brasileira, sua herança sociometabólica de subordinação aos polos centrais do capitalismo, não permite sequer generalizar a promessa de cidadania da democracia burguesa clássica sem por em risco sua própria

existência, fica claro aqui que a política é o lugar da ordem, da conciliação, e o Estado, duplamente, o âmbito de articulação política da classe dominante sempre que essa corre, ou imagina correr, riscos de existência. É essa a concreticidade captada por Vargas enquanto dirigente autocrático, não estendendo para os trabalhadores rurais a legislação social, mantendo intocado o domínio burguês no campo, combatendo a desordem política e promovendo a unificação tendencial das frações burguesas dentro do Estado por meio do golpe de 1937. Tudo isso em íntima articulação, ou melhor, como a base própria de um maciço impulso no desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

A participação íntima do golpe de 1937 de setores militares dá o desfecho final da transição como tipificação de uma transformação autocrático-burguesa. Típico aqui entendido, conforme investigação lukacsiana da estética marxista, enquanto máxima manifestação dos elementos tendenciais decisivos de um fenômeno social, de seu maior desenvolvimento “caracterizado pelo fato de que nele todas as contradições – as mais importantes contradições sociais, morais e psicológicas de uma época – se articulam em uma unidade viva” (LUKÁCS apud FREDERICO, 1997, p. 98). A forma de violência com que a burguesia brasileira se posta para com qualquer projeto democrático que envolva interesses subalternos torna-se, nesses momentos, explícita, tendo como objetivo último modernizar o sentido da colonização brasileira para que se perpetue sua dominação de classe. A parte aqui estudada só existe na sua relação com o todo e a totalidade, ao mesmo tempo, só existe enquanto momento realizado nas e através das partes.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. Principais mudanças e inovações da política econômica entre 1930-1937. In: SZMRECSÁNYI, T.; GRANZIERA, R. G. (org). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 157-170.
- CARONE, E. *A terceira república*. (1937-1945). São Paulo: DIFEL, 1976a.
- CARONE, R. *A segunda república*. São Paulo: DIFEL, 1974.
- CARVALHO, J. M. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 341-345.

- CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora Unesp/ Fapesp, 2000.
- DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.
- DULLES, J. W. F. *A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas: 1938-1945*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- FLORINDO, M. T. O DEOPS/SP na era Vargas. *Aurora*, Marília, ano 5, n. 7, p. 124-139, jan. 2011.
- FREDERICO, C. *Lukács: um clássico do século XX*. São Paulo: Moderna, 1997.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LEOPOLDI, M. A. P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, D. (org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 115-133.
- LOSURDO, D. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- LOWY, M. (org.). *O marxismo na América Latina: uma ontologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.
- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MAZZEO, A. C. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RAMOS, P. A. *Os partidos paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- SARTORETTO, L. *Crise e transição: um capítulo da modernização conservadora da autocracia no Brasil*. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.
- SILVA, H. *A lei a revolta: 1934-1936*. São Paulo: Editora Três, 1975.
- VIANNA, M. A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VIANNA, O. *Problemas de organização*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

CARONE, E. *O Estado Novo*. São Paulo: DIFEL, 1976b.

LUKÁCS, G. O particular à luz do materialismo dialético. *In*: LUKÁCS, G. *Introdução à uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p. 115-122.